



Constância
MUNICÍPIO

MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata N.º 05/2018

Data da Sessão Ordinária

28 de setembro de 2018

Início

20:30 horas

Termo

00:38 horas

Aos vinte e oito dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital com o n.º de registo oito, de doze de setembro de dois mil e dezoito, tendo comparecido os seguintes Deputados Municipais: António Luís Fernandes Mendes, Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Carla Alexandra Pereira Silvério, António Manuel dos Santos Mendes, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, Natércio Francisco Canelhas Candeias, Rui Manuel Ferreira, Maria do Rosário Costa Martins, Carmen Dolores Gomes da Silva, Pedro José Lopes Pereira, Rogério Paulo de Sousa Palácio, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, Vanessa Isabel Nascimento Almeida, Luís Manuel Marques Rodrigues, José Manuel Sequeira da Rita, Ana Luísa Cartaxo Manique, José Manuel Ricardo.-----

A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente da CMC, Sérgio Oliveira, pelo Senhor Vice-Presidente, Jorge Pereira e pelas Senhoras Vereadoras Ana Filipa Montalvo, Júlia Amorim e Sónia Varino. Também estiveram presentes, para prestar os esclarecimentos técnicos que porventura fossem necessários, a Senhora Marisa Figueiredo, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, o Senhor Jorge Heitor, Chefe de Divisão Municipal de Serviços Técnicos e o Senhor Daniel Oliveira, no apoio logístico à Assembleia Municipal, todos funcionários da Autarquia.-----

A Mesa da Assembleia Municipal que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: - Presidente – António Luís Fernandes Mendes, Primeira Secretária – Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Segunda Secretária – Carla Alexandra Pereira Silvério.-----

Verificando-se a existência de quórum o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão dando posse ao Senhor Joaquim José Marques dos Santos (CDU), convocado para substituir a Sra. Deputada Municipal, Ana Margarida de Oliveira Varino que apresentou suspensão do mandato por um período de seis meses, por motivo de gozo de licença de maternidade.-----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade do eleito e após a leitura da respetiva ata avulsa de instalação e do respetivo juramento por parte do novo membro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou-o investido nas funções.- Em seguida iniciou os trabalhos com o Período Antes da Ordem do Dia.-----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que tinha duas atas para analisar e aprovar. A ata número três de vinte e sete de abril de dois mil e dezoito, com uma

pequena correção na primeira página, onde referia que a senhora Deputada Municipal, Maria do Rosário Costa Martins “não apresentou justificação”, deve ler-se “faltou apresentando justificação”.-----

Posta a votação a ata número três de vinte e sete de abril de dois mil e dezoito, a mesma foi aprovada por unanimidade.-----

Posta a votação a ata número quatro de vinte e dois de junho de dois mil e dezoito, a mesma foi aprovada igualmente por unanimidade.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer o expediente que ocorreu entre a última Assembleia e a presente.-----

Entrando-se no Período Antes da Ordem do Dia, O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados se pretendiam fazer alguma intervenção neste período. O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) pediu a palavra para informar que a bancada da CDU tinha uma Moção para apresentar sobre o tema: “*Barreiras Sonoras na A23*” (*Fica anexada a esta ata, como **Anexo I**, e dela faz parte integrante*).-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou a Moção a votação para discussão, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

De seguida, questionou os Senhores Deputados se pretendiam intervir relativamente a esta Moção. O Senhor Deputado Natércio Candeias (PS) pediu a palavra, referindo que partilha do problema e da preocupação da Moção. No entanto, a forma como está fundamentada esclarece pouco, ou seja, fala em poluição, não apresentando dados em concreto, nomeadamente, se refere a níveis de ruído ou de gases. Em concreto, a Moção era pobre porque era muito vaga em conteúdo.-----

A Senhora Deputada Maria do Rosário Martins (CDU) pediu a palavra para referir que em sua opinião era perceptível no texto a referência à poluição sonora, daí a sua surpresa com a intervenção do Senhor Deputado Natércio Candeias (PS).-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal pediu a palavra para referir que não pretendia influenciar qualquer decisão desta Assembleia Municipal, o problema existia e era uma preocupação constante que deveria ser resolvida, independentemente das opiniões de cada um dos Senhores Deputados.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Moção a votação, sendo a mesma aprovada por maioria, com uma abstenção do Senhor Deputado Natércio Candeias (PS).-----

O Senhor Deputado António Mendes (CDU) pediu a palavra para referir que foi ao Açude de Santa Margarida da Coutada e ficou extremamente desolado com o que viu. Custou-lhe muito ver o estado a que se deixou chegar aquele espaço de lazer, que foi construído com o objetivo de dinamizar um lugar da Freguesia e conseqüentemente criar dinâmicas em

todo o seu território. Verificar materiais completamente degradados, com o espaço infantil coberto de árvores selvagens, com um aspeto francamente desolador que entristecia qualquer pessoa que goste de ver tudo bem feito. Se fosse possível, gostaria de saber o que estava previsto ser feito, que financiamento estava previsto e para quando o arranque das obras naquele espaço. Era importante pelo menos dar outro aspeto a tudo aquilo, sobretudo na limpeza e nas questões que podiam chocar com a segurança. Também em relação ao Parque Ambiental, gostaria de saber qual era o ponto da situação relativamente à Torre e ao que estava previsto ser feito no sentido de criar maiores e melhores dinâmicas naquele espaço. Questionou se era mesmo necessário fazer-se a limpeza do espelho de água, porque o espelho de água como todos sabiam, pelo menos aqueles que visitavam o espaço, estava na situação que se via. Outro assunto que abordou, foi a reabertura do Centro Escolar de Aldeia de Santa Margarida da Coutada, também gostaria de ser informado se o Centro Escolar foi reaberto com os problemas que existiam efetivamente banidos e, se reabriu dentro da normalidade. Em relação a Montalvo, colocou a questão se a Câmara Municipal já tinha definido a localização para ampliação da zona Industrial, do seu ponto de vista, era de primordial importância existirem sempre lotes disponíveis e para que isso acontecesse, era necessário adquirirem-se terrenos, o respetivo projeto e o conseqüente financiamento para que os lotes se pudessem infraestruturar como industriais. Relativamente à Quinta de D. Maria, tinha sido adquirida pelo Município para um determinado fim, para instalar o Centro Escolar de Montalvo. O Centro Escolar de Montalvo não tinha sido lá instalado, a questão que o preocupava e apresentava era a seguinte: O que é que o executivo pensava fazer daquele espaço nobre da Freguesia de Montalvo? Também solicitou ao Município, ponto de situação sobre um estudo feito a alguns anos atrás, pelo GAT (*Gabinete de Apoio Técnico*) para ligar Montalvinho a Martinchel, seria importante em seu entender, reativar esse processo. Uma outra questão tinha a ver com uma afirmação do Senhor Presidente da Câmara Municipal na inauguração do Centro Escolar, que já tinha o projeto para o Posto Médico ou Centro de Saúde em Montalvo. Questionou, se assim era, quanto é que vão custar as obras e para quando estava previsto o lançamento do concurso? Em Constância, o POMTEZE (*Plano de Ordenamento das Margens do Tejo e Zêzere*) venceu em alguns anos o Prémio Nacional do Ambiente. A Vila e o Concelho muito ganhariam com a revitalização e ordenamento das margens do Tejo e do Zêzere. O Instituto da Água prolongou o POMTEZE até à ponte da A23 com a ideia de um dia se fosse possível, o POMTEZE ganhar corpo e alma, desde a A23 até à antiga extração de inertes do Tejo, era esta a ideia. Tinha lido, que iriam ser feitas algumas obras pontuais no território designado POMTEZE. Gostaria de saber que



obras eram essas, se não desvirtuavam o POMTEZE e, se tiveram o parecer favorável das entidades ligadas ao ambiente. Referiu ter percorrido as escadinhas do Zêzere no Concelho de Vila Nova da Barquinha pelo traçado onde existia a captação de águas pela CAIMA, seguiu o trilho até ao Centro Náutico que estava sinalizado e viu que não existiam condições mínimas de segurança. O trilho tinha sido desenvolvido no Concelho da Barquinha e utilizado por muitas pessoas e, até que ponto é que o Presidente da Câmara Municipal de Constância teria conhecimento e saberia dos financiamentos que esses mesmos trilhos tiveram, que começavam no Centro Náutico e terminavam na Barquinha ou ainda para lá da Barquinha. Era um dó ver aquela escadaria do Zêzere com um sinal de perigo na estrada e a Câmara Municipal da Barquinha não fazer nada para a reabilitar. Todos se lembravam que, principalmente na Festa da Boa Viagem, a escadaria estar sempre cheia de pessoas a assistir à passagem dos barcos. Também gostava de saber relativamente à adjudicação do Centro Náutico, qual era a avaliação que neste momento a Câmara Municipal fazia dessa mesma adjudicação, porque não se viam grandes iniciativas. Na Vila, referiu o estado da limpeza no centro histórico, aquilo que se passava com os contentores do lixo no centro histórico não era para os dias de hoje. Não se podia fazer tudo num só dia, com certeza, mas os lixos no centro histórico teriam que passar por uma solução, ou no subsolo ou encastrados nos muros com a devida autorização, fechados com os meios adequados evitando o mau aspeto e o mau cheiro que provocava afastando naturalmente o turismo da Vila de Constância. Em relação à rotunda na saída de Constância, questionou o executivo se tinha algum projeto para aquele espaço e se aquela ideia do barco feito em Almada estava para vir e se era para ser lá colocado? Prosseguindo, lembrou que em tempos, Abrantes desenvolveu projetos em algumas praças embelezando-as, o escultor Óscar Guimarães tinha feito um belíssimo trabalho, também tinha apresentado um pequeno trabalho para Constância cuja ideia eram as bonequinhas. Não questionava a prioridade, tão pouco se as Estradas de Portugal autorizariam, mas a ideia seria colocar as bonequinhas de Constância na rotunda e, junto ao rio um barco para homenagear os marítimos. Por último, referiu o antigo Campo de Futebol de Constância, dizendo não ser agradável ver o estado daquele espaço.-----

-----A Senhora Deputada Maria do Rosário (CDU) pediu a palavra para falar sobre a Piscina, que no nosso Concelho era considerada uma escola de natação e tinha atividades desde os mais pequenos, até crianças, adolescentes e adultos. A questão que apresentava eram preocupações de muitos dos seus utilizadores tais como; qual era a razão da Piscina fechar a quinze de julho e só reabrir a quinze de Setembro e as obras ou intervenções continuarem por concluir, inclusive no teto?-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por agradecer as questões colocadas pelo Senhor Deputado António Mendes, considerando-as pertinentes e atuais. Relativamente ao Açude de Santa Margarida, partilhava da sua opinião, como estava atualmente não podia continuar. A limpeza daquele espaço não era da responsabilidade da Câmara Municipal, mas sim da Junta de Freguesia de Santa Margarida. Muito embora a responsabilidade não ser sua, queria dizer que não se desresponsabiliza da questão. No mandato anterior tinha sido apresentada uma candidatura à TAGUS para fazer uma série de intervenções no Açude de Santa Margarida. A Câmara Municipal continuava à espera da sua aprovação para poder avançar com todas as garantias. Informou que nas próximas semanas iriam proceder à limpeza, pelo menos fazer o corte das ervas, por forma a minimizar aquele impacto negativo. Quanto ao Parque Ambiental de Santa Margarida, estava a ser elaborado um ante projeto para candidatura de apoio do Turismo com um conjunto de intervenções, estimado em duzentos mil euros, não só para a torre, como para outras intervenções necessárias. Nessa intervenção não estava contemplada a limpeza do espelho de água, que também teria de ser tida em linha de conta. Relativamente à reabertura do Centro Escolar de Santa Margarida, referiu que foram feitos três estudos: dois deles pelo Instituto Politécnico de Tomar e um por uma empresa particular. As conclusões do IPT indicavam que a fonte de contaminação do Centro Escolar era externa ao mesmo. O que fizeram foi criar um sistema de ventilação na rede pluvial, isolaram as caixas pluviais e fizeram a manutenção das caleiras colocando uma que estava entupida em funcionamento. Adquiriram-se dois aparelhos portáteis para fazerem diariamente a monitorização da qualidade do ar do Centro Escolar. Paralelamente, tinha sido definido em reunião com os pais, com a Diretora do Agrupamento de Escolas, com os auxiliares e com os professores do Centro Escolar, que se porventura se viessem a sentir novamente os cheiros, acima daquilo que era o admissível, as crianças passariam para a parte de baixo. Como no Centro Escolar de Montalvo existia espaço (em Constância não se verificava este ano), a Câmara Municipal asseguraria o transporte dos alunos para o Centro Escolar de Montalvo. Como se tratava de uma fonte exterior, pediram a colaboração da Agência Portuguesa do Ambiente, que lhes respondeu que só tinha competência ao nível de recursos hídricos, quem tinha a competência para analisar este problema era a CCDRLVT (*Centro de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo*), a cuja entidade já tinha sido entregue a documentação referente a este problema esperavam agora o seu apoio. Disse ainda que pretendia informar a população das

diligências que tinham sido efetuadas relativas ao problema dos maus cheiros do Centro Escolar de Santa Margarida, na próxima edição do Boletim Informativo. Relativamente à Zona Industrial de Montalvo, estava prevista a colocação de uma nova empresa que ia mudar-se de Abrantes para Constância, que iria ocupar as antigas instalações onde funcionou a empresa *Madeismart*. Tratava-se de uma empresa com oito trabalhadores mas com perspectivas de crescimento na área da Metalomecânica, a mudança estava prevista para o final de Outubro e já tinha dado entrada o processo de licenciamento na Câmara Municipal. Quanto à ampliação da Zona Industrial de Montalvo, o que estava previsto no PDM era para os terrenos ao lado do atual Campo de Futebol Municipal. Existia por parte da Câmara Municipal uma atenção muito especial para com os empresários no sentido de os incentivar a fixarem-se no nosso Concelho, criando dinâmicas positivas. Relativamente à Quinta de D. Maria, era um espaço para o qual a Câmara Municipal ainda não se tinha debruçado e apesar de ter sido adquirido para a instalação do Centro Escolar e do Museu Quintas do Tejo, era um projeto que envolvia uma quantia considerável de investimentos que não existiam neste momento. Quanto à questão da estrada entre Montalvinho e Martinchel, anotou e disse que iria trocar algumas impressões com a Presidente da Câmara Municipal de Abrantes. Quanto à Extensão de Saúde de Montalvo, estavam a desenvolver o projeto, quando o mesmo estivesse completo e aprovado pela ARS (*Administração Regional de saúde*), seria lançado o concurso público para a respetiva empreitada. Relativamente ao POMTEZE, estava prevista uma intervenção, cujo projeto de requalificação do espaço já tinha sido presente a reunião de Câmara Municipal. A intervenção prevista seria ao nível de pavimentos, de relva e de novas espécies de árvores. Quanto às escadinhas do Zêzere, faria chegar esta questão ao Presidente da Câmara de Vila Nova da Barquinha, sensibilizando-o para o efeito. Relativamente ao Centro Náutico, estavam a ser desenvolvidas algumas atividades através do desporto-aventura e receção de eventos de empresas. O concessionário tinha ideias de fazer a abertura oficial de um fluviário naquele espaço no início do próximo ano, o que daria dinamização ao Concelho. No respeitante à limpeza e à questão dos resíduos sólidos no Centro Histórico da Vila, disse ter tomado boa nota pois, tratava-se de um investimento considerável a criação de ilhas ecológicas. À semelhança do que a Resitejo já tinha feito noutros Concelhos, como era o caso de Alcanena, já tinha solicitado que fossem tratados de igual forma e que pelo menos uma ou duas ilhas ecológicas fossem colocadas no Município de Constância, nomeadamente na sede do Concelho. Era uma questão que estava em agenda e que iria abordar na Resitejo. Sobre a Rotunda na saída da A23, tinha sido feita uma limpeza total e cuja ideia era colocar no local um monumento aos marítimos que estava a ser construído

na Moita do Ribatejo. O desenho já existia, estava a ser feita a memória descritiva do mesmo, os cálculos a nível de betão e respetiva base e enquadramento. Já existia parecer favorável das Infraestruturas de Portugal para a colocação do mesmo, só faltando o mestre João Gregório terminar a peça e ir para a pintura. Em relação ao antigo Campo de Futebol de Constância, logo que fosse terminada a limpeza da zona Industrial de Montalvo, iriam proceder à limpeza do antigo Campo de Futebol de Constância. Relativamente às questões que a Senhora Deputada Maria do Rosário colocou, respondeu que a Piscina Municipal fechava entre 15 de Julho e 15 de Setembro porque essa definição já vinha do passado, sendo uma situação que deveria ser analisada e ponderada. Quanto à intervenção feita na Piscina, tinha havido algum atraso na empreitada, esperando que na próxima semana estivesse definitivamente resolvida.----Não havendo mais intervenções neste período da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Secretária Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, para proceder à leitura do Edital que convocou a presente sessão, com a respetiva ordem de trabalhos. Feita a sua leitura e posta a votação, a mesma foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

1. Período reservado à intervenção do público;-----
2. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de política fiscal para o ano de 2019 – IMI, Derrama, IRS e TMDP;-----
3. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de alteração ao Mapa de Pessoal de 2018 (2ª alteração ao mapa de pessoal para 2018);-----
4. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de revisão aos documentos previsionais de 2018 (3ª Revisão);-----
5. Análise, discussão e eventual aprovação do projeto de alteração ao regulamento da concessão de pesca da albufeira de Santa Margarida da Coutada;-----
6. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de prestação de contas consolidada – Exercício d 2017;-----
7. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de autorização de compromissos plurianuais – contratação de prestação de serviços para a “Recolha e transporte a destino final de RSU’s e lavagem e desinfeção de contentores na Concelho de Constância;
8. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de autorização de compromissos plurianuais – Contratação de fornecimento de eletricidade ao abrigo do acordo-quadro da CIMT;-----



9. Análise, discussão e eventual aprovação do projeto de regulamento do Conselho Municipal de Juventude;-----
10. Apreciação de informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;-----
11. Outros assuntos de interesse.-----

PONTO 1 - PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou o público presente na sala se pretendiam intervir, pedindo a indicação do nome, localidade e assunto.-----

Inscreveram-se os Senhores, Carlos Lopes e Álvaro Alves, ambos de Montalvo e o Senhor Luís Silvério, da Portela.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Carlos Lopes, que começou por dar os parabéns pela inauguração do Centro Escolar de Montalvo, questionando como Município residente em Montalvo e tratando-se de uma obra pública, quanto tinha custado ou iria custar aos cofres do Município esse empreendimento?-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Luís Silvério que colocou as seguintes questões: Porquê, o pagamento das taxas de resíduos sólidos a dobrar para quem tem dois contadores de água; qual o ponto de situação sobre a ponte rodoviária do rio tejo; qual o ponto de situação sobre o programa “Aldeia Segura”.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Álvaro Alves, que iniciou a sua intervenção referindo que já era a terceira Assembleia Municipal em que se falava dos jardins de Montalvo e eles continuavam cada vez piores, inclusive, um estava fechado e nem sequer iluminação tinha. Gostava de saber para quando a reparação desse jardim? Em relação ao Estádio Municipal, referiu que era mais do mesmo em termos de iluminação, as equipas treinavam à luz de um só projetor, era coisa que já não se via praticamente em lado nenhum. Gostava de saber para quando a resolução do problema pois, os miúdos precisavam de treinar com as devidas condições, passando-se o mesmo com o sistema de água e de luz. Outro assunto que referiu, dizia respeito ao Centro de Saúde de Montalvo e à Casa do Povo de Montalvo, cujos desenvolvimentos já tinham levado ao despedimento de uma funcionária por não haver dinheiro para lhe pagar, referindo que, infelizmente o Centro de Saúde nem sequer o protocolo tinha respeitado, deixando simplesmente de pagar a renda. Em relação à Casa do Povo, informou que a atual direção iria sair no dia um de Novembro e em nome da mesma, queria manifestar a sua insatisfação à Câmara Municipal pela forma como tinha tratado aquela coletividade, dando par o efeito alguns exemplos. Referiu igualmente uma reunião tida na Câmara

Municipal conjuntamente com o Aldeense sobre a precariedade dos balneários do Campo de Futebol, tinha ficado definido que em determinadas situações os atletas iriam tomar banho nas instalações da Casa do Povo. O Senhor Presidente da Câmara Municipal depois da informação do Professor Luís Correia tinha decidido apoiar no custo das botijas de gás, o que nunca aconteceu. Por último referiu que a Casa do Povo de Montalvo possuía um terreno, mesmo que algumas pessoas pensassem que não era, que se situava no lado sul, perto da Estrada Nacional, usado por um cidadão para ter lá um estendal. A direção da Casa do Povo tinha solicitado ao Senhor Presidente da Câmara para os ajudar com o Topógrafo na marcação do terreno. Passados dois meses o Senhor Presidente da Câmara tinha respondido por escrito, referindo que antes do Topógrafo queria os documentos comprovativos em como o terreno era da Casa do Povo. No início não existiam dúvidas, tinham surgido depois. Os documentos foram entregues e até ao momento não tiveram nenhuma resposta.-----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para poder responder às questões apresentadas.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder às questões colocadas pelo Senhor Carlos Lopes: Relativamente ao Centro Escolar de Montalvo, disse ter presente que os valores andariam na ordem dos trezentos mil euros. Quantificar presentemente a nível económico qual o investimento que o município teria que fazer, não conseguia dizer, mas ficava o compromisso dos serviços fazerem chegar essa informação. Quanto às questões do Senhor Luís Silvério, relativamente ao programa "Aldeia Segura" disse estarem a ser desenvolvidos trabalhos contínuos em várias vertentes conjuntamente com a proteção Civil, muito embora faltasse fazer ainda muito trabalho nesta matéria. Disse, ser importante informar esta Assembleia Municipal de dados relativos ao nosso Concelho até à presente data:- "Foram feitas setenta e duas notificações para a limpeza de terrenos e houve cerca de sessenta e quatro por cento de cumprimento das notificações efetuadas e foram limpos sessenta e seis hectares. Os terrenos identificados que não foram limpos são vinte e seis e para cuidar destes terrenos foi lançado um procedimento para que seja o Município a substituir os respetivos proprietários. Os eucaliptos existentes na Rua da Arroçada de Cima, praticamente já foram todos cortados". Quanto à questão da ponte sobre o Rio Tejo, respondeu o seguinte: "Tivemos uma reunião com o Senhor Ministro das Infraestruturas e Planeamento e fomos informados pelo mesmo que tínhamos até quinze de Setembro para sinalizar os investimentos que achávamos prioritários para a região. Entretanto, o Senhor Ministro prorrogou esse prazo até ao final de Setembro. Ontem no seio da CIMT (*Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo*) discutimos este

assunto, tendo eu e o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Barquinha subscrito uma posição conjunta junto à CIMT a defender a localização de uma nova ponte em Constância. Neste momento a CIMT não tem decisão nenhuma, remeteram-nos um email hoje a questionar qual seria para nós a melhor localização, a minha posição é tão simples quanto esta: Posição 1 – (sendo a definitiva e que vou defender (sempre) uma nova travessia sobre o Tejo na Zona de Constância, porque seria aquela que servia melhor o Concelho, a Região e o País que ligasse a Estrada Nacional 118 a um nó da A23 na margem Norte do Concelho. Também não podemos fechar a porta a uma alternativa que passe por um estudo no sentido do desmantelamento do tabuleiro da atual ponte, fazer pilares novos ao lado dos existentes e fazer um tabuleiro novo que permita a passagem de pesados com circulação de viaturas nos dois sentidos. Não fecho a porta a essa solução, porque entendo que temos de ser flexíveis nesta questão. O que pretendo transmitir a esta Assembleia é que com a construção de uma nova travessia, ou com a solução de desmantelamento ao atual tabuleiro e construção de um novo que permita a passagem de pesados nas duas vias e com prioridade absoluta, ficava satisfeito”. Quanto à taxa de resíduos sólidos disse não saber responder tecnicamente à questão colocada. Passando às questões que o Município Álvaro Alves levantou relativamente ao jardim público de Montalvo, disse que o projeto já tinha sido submetido a candidatura. Quanto ao Campo Municipal, o problema da iluminação seria resolvido e a rega estava em andamento. Relativamente a outras questões levantadas, disse ser o Presidente de Câmara de todos e para todos e, relativamente à Extensão de Saúde de Montalvo já tinha falado sobre este assunto diversas vezes, pelo que não tinha mais nada a acrescentar, desconhecendo que a ARSLVT tivesse deixado de pagar a renda à Casa do Povo de Montalvo pela Extensão de Saúde há dois meses. Quanto às dificuldades da Casa do Povo de Montalvo, tal como todas as outras coletividades do Concelho, lamentava a situação, referindo que podiam contar sempre com o apoio da Câmara Municipal, não podiam era exigir que a Câmara Municipal as substituísse naquilo a que eram as suas funções ou nas atividades que contavam desenvolver. Quanto ao Topógrafo municipal, estava prevista a sua deslocação ao terreno nas próximas semanas. Sobre o pagamento da garrafa de gás não era possível, dado esse tipo de despesa não ser elegível no *Programa Municipal de Apoio ao Associativismo*.-----

PONTO 2 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE POLITICA FISCAL PARA O ANO DE 2019 – IMI, DERRAMA, IRS E TMDP -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para uma intervenção sobre este ponto:-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por informar que esta proposta tinha

sido presente a reunião de Câmara Municipal, a qual foi aprovada por unanimidade. A proposta era a seguinte: Manter os mesmos valores que vinham do ano passado no que dizia respeito à taxa da derrama – 1,5%, à taxa de participação variável no IRS – 5% e à taxa municipal de direitos de passagem – 0,25%. Pretendiam baixar o IMI de 0,37% para 0,35%, pelo simples fato de que, inevitavelmente teriam de fazer uma reformulação no tarifário da água e do saneamento básico no Concelho.-----

E não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

PONTO 3 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO ANEXO AO MAPA DE PESSOAL DE 2018 (2ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2018) -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para uma intervenção sobre este ponto:-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que uma das alterações era a retificação do anexo ao mapa de pessoal no que dizia respeito às funções de Coordenador Técnico da área ligada à Fiscalização Municipal. Outra alteração dizia respeito aos Assistentes Operacionais que prestavam serviço nas Escolas do Concelho.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados se pretendiam fazer alguma intervenção relativamente a este ponto da ordem de trabalhos.--

Pediu a palavra o Senhor Joaquim Santos (CDU) para referir algumas incorreções nos pontos do documento relacionados com as competências do Coordenador Técnico.-----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu os reparos, confirmando o lapso que seria corrigido. -----

O Senhor Deputado António Mendes (CDU) pediu a palavra para manifestar a sua preocupação com o aumento dos encargos correntes que a Câmara tinha assumido ultimamente com pessoal, pelo que questionou se este assunto estava a ser devidamente acompanhado pelos serviços e também pelo executivo.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu, dizendo que estavam a acompanhar esse assunto. Até ao final do ano, alguns funcionários iriam para a aposentação e no próximo ano a Câmara Municipal teria mais quatro ou cinco trabalhadores nessa situação.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Maria do Rosário (CDU) para obter informação sobre as tarefas que competiam ao Coordenador Técnico.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Chefe de Divisão dos Serviços Técnicos que explicou as funções do Coordenador Técnico.-----



A Senhora Deputada Maria do Rosário (CDU) voltou a solicitar a palavra para esclarecer que não tinha dúvidas da necessidade deste lugar, mas sim do conteúdo funcional.-----

E não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com cinco abstenções da bancada da CDU.-----

PONTO 4 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2018 (3ª Revisão) -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para uma intervenção sobre este ponto:-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por informar que esta proposta de Revisão dos documentos previsionais tinha a ver com a Requalificação da Zona Ribeirinha, com a rede de Drenagem de águas residuais e ETAR do Caima e com a eficiência energética.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados se pretendiam fazer alguma intervenção relativamente a este ponto da ordem de trabalhos.--

A Senhora Deputada Carmem Silva (MIC) pediu a palavra para questionar a verba apresentada para arruamentos, construção e beneficiação, se seria possível adiantar onde iriam ser feitas essas obras.-----

A Senhora Deputada Isabel Costa (PS) pediu a palavra referindo que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha apresentado a justificação desta revisão e o entendimento em fazer estas diminuições e estes reforços, no entanto, com o mapa que lhes era apresentado, ficavam sem saber quais são os valores da receita e da despesa que neste momento ficavam associados a estes projetos. Solicitando que fosse depois enviado, após esta revisão, os valores associados a cada projeto.-----

O Senhor Deputado António Mendes (CDU) pediu a palavra para questionar se era possível discriminar a verba de oitenta e cinco mil euros, relativos aos arruamentos de construção e beneficiação e, a que arruamentos se referiam. Também em relação à eficiência energética na Piscina, o que é que já estava feito e o que se previa ainda fazer com a verba inscrita.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à Senhora Deputada Carmem Silva (MIC), que se cruzava com a questão apresentada pelo Senhor Deputado António Mendes (CDU) relativamente aos arruamentos, a verba inscrita referia-se à intenção de fazer alguns melhoramentos, mas não estava ainda nada definido. Relativamente à questão que a Senhora Deputada Isabel Costa levantou, iria fazer chegar

a informação. Quanto à questão da eficiência energética, faltava o parecer da Direção Geral de Energia para fechar o processo da candidatura e lançamento da empreitada.-----
E não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com cinco abstenções da bancada da CDU.-----

PONTO 5 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE PESCA DA ALBUFEIRA DE SANTA MARGARIDA DA COUTADA -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para uma intervenção sobre este ponto:-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que houve uma alteração profunda no *Regulamento do Açude de Santa Margarida*, no entanto, quando enviaram a proposta que já estava aprovada pelo ICNF (*Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas*), foram pedidas algumas alterações, pouco significativas, nomeadamente no artigo dezasseis, que remetia para o artigo catorze e, o artigo vinte seis que deveria ser corrigido para o número um do artigo oitenta. Eram estas as alterações que aqui trazidas para que finalmente o Regulamento fosse aprovado pelo ICNF.-----

E não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

PONTO 6 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA – EXERCÍCIO DE 2017 -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para uma intervenção sobre este ponto:-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o Município tinha participações em algumas entidades, sendo uma delas o Centro de Ciência Viva, fruto disso, era obrigado a apresentar a prestação de contas consolidadas que incluísse as contas dessas Instituições. Tinha havido um pequeno atraso, porque o Centro de Ciência Viva se tinha atrasado no envio das contas e a Câmara Municipal teve de pedir a prorrogação das mesmas ao Tribunal de Contas.-----

Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

PONTO 7 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A “RECOLHA E TRANSPORTE A DESTINO FINAL DE RSU’s E DESINFEÇÃO DE CONTENTORES NO CONCELHO DE CONSTÂNCIA ----

Handwritten initials in blue ink: "AT" and a signature.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para uma intervenção sobre este ponto:-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou tratar-se de um procedimento legal que tem de ser presente à Assembleia Municipal para a respetiva autorização. Também pretendia informar que era a primeira vez que o município lançava um concurso público internacional.-----

A Senhora Deputada Carmem Silva (MIC) pediu a palavra para solicitar alguns esclarecimentos sobre alguns parâmetros do presente contrato, nomeadamente tonelagem e duração.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que relativamente às cento e cinquenta toneladas/mês, tinha sido feito com base na estimativa daquilo que eram as quantidades de lixo produzidas no Município. Sobre questões mais técnicas o Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos esclareceria de seguida. Relativamente à questão levantada de ser um contrato por três anos, por se tratar de um processo burocrático complexo e moroso, não fazia sentido ser feito ano a ano, sendo prática de todos os Municípios e de todas as Instituições públicas, nestes volumes de aquisição de serviços, fazerem contratos com a duração de pelo menos três anos.-----

O Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos tomou a palavra, para esclarecer a Senhora Deputada Carmem Silva (MIC) sobre a questão da tonelagem e de outros aspetos técnicos sobre o contrato.-----

O Senhor Deputado António Mendes (CDU) pediu a palavra para ser esclarecido se tanto este ponto como o ponto seguinte sobre eletricidade consagravam retroatividade à data de abertura do procedimento, dada a urgência na abertura do mesmo e se tinham a ver com a possibilidade de se assumirem encargos sem o visto do Tribunal de Contas.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal em resposta ao Senhor Deputado referiu que não. Os únicos contratos sujeitos a visto do Tribunal de Contas, eram os de montante superior ou igual a cento e cinquenta mil euros, estes contratos não se inseriam dentro desse montante.-----

Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com um voto contra da Senhora Deputada Carmem Silva (MIC).-----

A Senhora Deputada Carmem Silva (MIC) apresentou uma declaração de voto que fica anexada a esta Ata como **Anexo II**, e dela faz parte integrante.-----



PONTO 8 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – CONTRATAÇÃO DE FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE AO ABRIGO DO ACORDO-QUADRO DA CIMT -

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para uma intervenção sobre este ponto.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que este ponto era precisamente igual ao anterior, pelo que não havia mais nada a acrescentar.-----

Não havendo intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

PONTO 9 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para uma intervenção sobre este ponto. O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que após se ter desencadeado o processo inicial e os devidos procedimentos legais, o mesmo foi aprovado em reunião de Câmara. Cumpria-se agora a formalidade legal da sua apresentação na sessão da Assembleia Municipal, para apreciação e eventual aprovação. Tratava-se de um Conselho consultivo para as áreas e políticas direcionadas para a juventude.-----

A Senhora Deputada Isabel Costa (PS) solicitou a palavra dando os parabéns ao executivo pelo facto de ter concretizado este Conselho Municipal de Juventude que era uma ambição de muitos jovens do Concelho de Constância e que finalmente hoje era possível aprovar.- E não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

PONTO 10 - APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados se pretendiam fazer alguma intervenção relativamente a este ponto da ordem de trabalhos.--

O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) pediu a palavra, começando por questionar qual a situação atual do antigo Talho. Prosseguiu, solicitando que assuntos tinham sido tratados na reunião do *Conselho Estratégico Intermunicipal*. Questionou igualmente se a reunião dos Centros Históricos realizada em Lamego no dia 23, onde esteve presente o Senhor Vice-Presidente e, a reunião da Associação dos Centros Históricos no dia 21, onde esteve presente a Senhora Vereadora Filipa Montalvo, tinham sido duas reuniões ou uma só? Relativamente às transferências de competências para as Autarquias, questionou o Senhor

Presidente da Câmara sobre o que é que o executivo estava a pensar fazer? Era referido na informação uma reunião de uma equipa multidisciplinar de jovens em perigo, relacionada com o Tribunal de Abrantes. Gostaria de saber se existiam jovens em perigo no Concelho de Constância e qual a envolvência do Município e dos técnicos do Município nessa equipa multidisciplinar, assim como, no acompanhamento e fiscalização do *RSI*, se acompanhávamos e fiscalizávamos os utentes do *RSI*, e qual o papel que tínhamos na decisão. Referiu ainda, ter ficado preocupado porque, em termos de poupança relativamente a dois mil dezassete eram menos cento e setenta mil euros. Assim, como ficou preocupado com os consumos de gasóleo. No ano anterior gastaram-se quarenta e nove mil euros de gasóleo e este ano só até Agosto, já estavam contabilizados sessenta mil euros.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos necessários.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra para esclarecer as questões apresentadas pelo Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU): Relativamente ao antigo Talho, a ideia do arrendatário era abrir um espaço comercial e, durante a próxima semana iria questioná-lo por escrito, para quando a sua concretização; quanto ao Conselho Estratégico da Comunidade, tinham sido discutidos os investimentos prioritários relativos à nossa região. Tinham sido dados alguns contributos generalistas, nada de relevante que nos ajudasse a tomar decisões no sentido A ou no sentido B; em relação à transferência de competências a posição do Município de Constância teria em linha de conta a parca estrutura humana para receber todas as competências de uma só vez, a ideia era receberem as competências de forma faseada e com o competente pacote financeiro. Disse ser apologista da descentralização, mas, com muita cautela para não colocarem em risco o futuro do Concelho e a estrutura atual; relativamente à questão levantada dos jovens em perigo, no final passaria a palavra à Senhora Vereadora Filipa Montalvo, para as informações que pudesse dar, senão, faria chegar os devidos esclarecimentos ao Senhor Deputado; em relação à recolha e queima de resíduos, disse ser um lapso, todos eram entregues na central de Biomassa do Caima; no respeitante às questões financeiras, lembrou que estávamos ainda em Agosto, iam acompanhar a situação sem descurar um conjunto de infraestruturas que precisavam de intervenções urgentes e sem deixar de efetivar projetos para o futuro do Concelho, como eram o projeto do jardim público de Montalvo e o projeto da zona ribeirinha. Disse estar consciente que o Município de Constância gerava pouca receita, por isso, queriam fazer uma gestão que mantivesse o

equilíbrio das contas do Município. Posto isto, passou a palavra à Senhora Vereadora Filipa Montalvo, para esclarecer a questão dos jovens em risco.-----

A Senhora Vereadora Filipa Montalvo informou que a Técnica do Tribunal de Abrantes tem feito o acompanhamento muito próximo ao serviço da CPCJ (*Comissão Proteção Crianças e Jovens*) de Constância. Referiu ainda que o trabalho desenvolvido estava disponível para quem legitimamente tivesse esse direito.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o Senhor Presidente da Câmara Municipal que faltava responder à questão do gasóleo.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que naquele momento não tinha dados suficientes para poder responder.-----

O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) pediu a palavra referindo que estava preocupado com o acréscimo da despesa nas áreas da aquisição de bens e aquisição de serviços, estudos, pareceres e consultadoria e outros trabalhos especializados.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu referindo que quanto ao transporte, o aumento que se verificava tinha a ver com a colocação de um terceiro autocarro no transporte das crianças de Santa Margarida para o Agrupamento de Escolas em Constância. Quanto à questão da limpeza e higiene teve a ver com a atualização de alguns preços que foram efetuados.-----

A Senhora Deputada Maria do Rosário (CDU) pediu a palavra, referindo que pretendia ter informações sobre o rastreio oral, em parceria com o Centro de Saúde do Campo Militar de Santa Margarida.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu, dizendo que efetivamente estavam prestes a fechar uma parceria ou protocolo com o Centro de Saúde do Campo Militar. Era um projeto que envolvia não só a Câmara Municipal, mas igualmente as Juntas de Freguesia e o Campo Militar de Santa Margarida. Esclareceu que o que estavam nesta fase a discutir com o Campo Militar era um rastreio, em que os idosos numa primeira fase iriam ao Centro de Saúde sinalizar os problemas que tinham. Esta era a fase em que estavam, posteriormente, discutir-se-iam outras etapas, portanto, era um projeto que estava ainda em construção e que iriam assim que possível fechar. Referiu ainda, que o Governo tinha lançado aquele protocolo da saúde oral para instalação de Médicos Dentistas nos Centros de Saúde, ao qual Constância tinha aderido e estavam neste momento na fase da ponderação.-----

A Senhora Deputada Carmem Silva (MIC) pediu a palavra, dizendo que estando em reformulação a Escola do Ensino Básico de Montalvo para Centro de Saúde, porque não estruturar as futuras instalações para ter esse tipo de serviço de saúde oral?-----

A Senhora Deputada Maria do Rosário Martins (CDU) pediu novamente a palavra para referir que quando da inauguração do Centro de Saúde de Constância, havia uma sala adaptada a consultório de dentista, não sabendo agora se terá sido reaproveitada, mas havendo já uma infraestrutura, não faz sentido criar outra.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal concordou com Senhora Deputada, pois se existia já uma sala, com todas as infraestruturas necessárias para o efeito, não fazia sentido, haver duplicação de serviços.-----

PONTO 11 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados se pretendiam fazer intervenções relativamente a este ponto da ordem de trabalhos.-----

O Senhor Deputado António Mendes (CDU) pediu a palavra para questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal se no âmbito da CIMT, se tem discutido e analisado o aproveitamento para uso civil da Pista de aviação de Tancos. Seria bom que os Municípios da nossa região tomassem uma posição relativamente a este assunto. Também mencionou como positivo o ordenamento viário na Portela com o estacionamento; a fonte de Constância, com a conservação que foi feita era um bom exemplo do que se podia fazer com pouco dinheiro; finalmente, os arranjos exteriores no Cemitério da Portela. Felicitou o Presidente da Câmara pelo resumo que aqui trouxe sobre o assunto da ponte, deveria ser essa a atitude dos autarcas, independentemente das ideias que tinham e do ponto de vista político, não obstante alguns Deputados do Distrito defenderem outras posições. Um Presidente de Câmara tinha necessariamente que defender as suas populações. Para terminar, referiu que a Câmara Municipal não deveria perder de vista a concentração que se fazia hoje do turismo náutico nos rios. A hipótese do açude tinha sido descartada, sendo agora necessário pensar a sério e definitivamente numa praia fluvial.-----

A Senhora Deputada Isabel Costa (PS) pediu a palavra, declarando que em face dos últimos desenvolvimentos sobre a questão da ponte sobre o rio Tejo, os eleitos do Partido Socialista tinham uma Moção para apresentar.-----

A Moção fica anexada a esta ata, como **Anexo III**, e dela faz parte integrante.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou a Moção a votação para discussão ao plenário, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal no uso da palavra questionou os Senhores Deputados se pretendiam intervir relativamente a esta Moção.-----

O Senhor Deputado António Mendes (CDU) pediu a palavra, referindo que não tinha qualquer dificuldade em votar a favor, mas, tinha algumas dúvidas no conteúdo em particular a questão do desmantelamento da atual ponte, do reforço dos pilares existentes

e da construção de dois tabuleiros para funcionar nos dois sentidos dado que, ter-se-iam que aumentar os pilares e tinha dúvidas se ficaria muito mais barato. Votava favoravelmente, mas achava que o texto tinha mais peso se tivesse apenas um ponto que fizesse referência à construção de uma nova ponte na nossa zona.-----

A Senhora Deputada Isabel Costa voltou a pedir a palavra, esclarecendo que a Moção tinha sido elaborada de acordo com a exposição feita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal que defendia as duas soluções.-----

O Senhor Deputado António Mendes voltou a pedir a palavra, referindo que só tinha dúvidas no impacto que a Moção pudesse ter, pelo facto de defender as duas soluções.--- Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Moção a votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade.-----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Constância pediu a palavra, para apresentar um problema relacionado com a emissão de atestados médicos para renovação da carta de condução. Disse ter-se dirigido ao Centro de Saúde de Constância para solicitar a emissão de um Atestado Médico, mas, o Centro de Saúde respondeu não emitir este tipo de atestado médico, pelo que, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que questionasse o porquê deste procedimento.-----

O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) pediu a palavra para referir que era extremamente importante que o Município desse o exemplo na questão da prevenção florestal, nomeadamente na limpeza, mencionando a Rua Outeiro de Vale Verde em Portela. Na propriedade da Serafina em Malpique, tinham sido feitos alguns aceiros mas grande parte da propriedade não estava tratada e limpa, assim como em Constância-Sul, junto à habitação da Senhora Sandra Xisto, na encosta do Zêzere e Junto ao Centro Escolar.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que faltavam dois minutos para a meia-noite e era necessário votar pela continuidade da sessão.-----

Posta a votação a continuidade da sessão para além da meia-noite, foi aprovada por maioria com três votos contra, dois do PS e um da CDU.-----

O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) pediu a palavra para questionar sobre o amontoar de resíduos sólidos da Zona Industrial de Montalvo. Também disse não entender porque é que o Município fez um protocolo com o Exército apenas para a margem sul, quando também existia Engenharia e estradões no lado Norte do Concelho. Não podiam ser esquecidas as Freguesias de Constância e Montalvo. Referiu igualmente a zona envolvente ao Centro Escolar de Montalvo, no que dizia respeito a passeios e ao facto de haver apenas uma saída, assim como, a existência dos cabos elétricos à vista e sem candeeiros. Disse não estar de acordo com a opção do Município em colocar o monumento

aos marítimos na rotunda, quando já estava projetado ser colocado junto à confluência dos rios que foi sempre simbólica para os marítimos. Também questionou o atraso das Atas da Câmara Municipal, as últimas publicadas eram de Março e, o Parque Infantil de Montalvo, onde agora nem luz pública existia. Por último solicitou informação acerca dos protocolos de delegação de competências para as Juntas de Freguesia aprovados em Assembleia, no sentido de saber se estavam a ser cumpridos.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos necessários.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra começou por responder ao Senhor Deputado António Mendes (CDU) sobre o aeródromo de Tancos, a CIMT já tinha defendido publicamente o interesse em que aquela infraestrutura fosse aproveitada para uma solução militar, ou civil. Para o nosso Município seria uma boa solução a sua reativação. Relativamente à questão do turismo e da praia fluvial, era para este executivo uma prioridade mas, primeiro ordenar o estacionamento na zona baixa da Vila e posteriormente construir a praia fluvial. Já tinham encetado esse processo.-----

Respondendo ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Constância sobre os atestados médicos, iria junto do coordenador dos Centros de Saúde pedir esclarecimentos sobre a situação. Quanto às questões apresentadas sobre limpeza de terrenos que eram propriedade da Autarquia, já tinha sido feita muita limpeza, faltando chegar ainda a algumas zonas e assim que fosse possível procederiam à sua limpeza. Em relação à zona industrial de Montalvo, informou que toda a limpeza tinha sido feita, infelizmente as pessoas continuavam com os mesmos comportamentos. Voltariam a limpar tudo novamente para que aquele espaço ficasse completamente limpo. Quanto ao protocolo com o Exército, tinha sido contemplada a margem sul do concelho, porque no ano anterior tinham sido efetuadas algumas intervenções na margem norte. As prioridades foram definidas com a própria entidade que não tinha capacidade de resposta para todos os serviços. Quanto ao Centro Escolar de Montalvo, disse ter tomado nota das questões enumeradas. No respeitante ao monumento aos marítimos, respeitava a opinião e continuava a entender que a rotunda que se situava à entrada da Vila era um local nobre para a colocação do monumento, sinalizando o passado da atividade marítima. Quanto ao Parque Infantil de Montalvo, tinha sido levantado um auto pela ASAE há uns anos atrás, razão pelo qual se encontrava fechado e sinalizado. Tinha sido submetida uma candidatura ao turismo, não sabendo de momento se haveria alguma participação para fazer a necessária intervenção. Quanto à questão das delegações de competências nas Juntas de Freguesia, o facto de por vezes a Câmara Municipal ajudar as Juntas em algo que fosse

Handwritten initials and a signature in blue ink.

necessário era um procedimento normal, pois, as verbas do protocolo não chegavam para tudo. Tal como tinha sido referido aquando da aprovação dos protocolos com as Juntas de Freguesia, a avaliação era feita continuamente e se houvesse necessidade de reforçar verbas, a Câmara Municipal estaria sempre disponível para o fazer.-----

O Senhor Deputado Natércio Candeias (PS) pediu a palavra referindo que as estradas no nosso Concelho nos últimos anos, essencialmente as Nacionais, não tinham tido a manutenção que seria exigível. Apelou para que nos próximos tempos houvesse uma atenção mais eficaz para não se assistir à fotografia que tínhamos hoje no nosso Concelho. Terminou, deixando uma nota de boas vindas ao início de mais um ano letivo. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal em resposta, esclareceu que relativamente às bermas da estrada, quer na Estrada Nacional 118 quer na Estrada Nacional 3, já tinha comunicado por diversas vezes às Infraestruturas de Portugal, sem que tivesse obtido até à presente data, qualquer resposta sobre essa matéria.-----

Não havendo mais intervenções, passou-se à leitura da minuta da ata, que em seguida se colocou à votação.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nela constante possam produzir efeitos imediatos.-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas zero horas e trinta e oito minutos. A presente Ata foi redigida, na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

A Mesa da Assembleia Municipal,

Luís tenor de f. de

MARIA TEREZA BOUT DE DADO GASPAN

Carla Alexandra Pereira Silverio

Anexo I

“Moção

Barreiras Sonoras na A23

Desde o início da utilização dos edifícios construídos na Urbanização da Capareira junto à A23 em Constância têm sido vários os protestos por parte dos moradores relativos ao ruído provocado por aquela via rodoviária.

Reclamações dos moradores junto da Câmara Municipal e abaixo assinados recolhidos junto dos residentes foram formas de protesto que chegaram ao município.

Por parte do Município e também desta Assembleia Municipal foram feitos chegar à então Estradas de Portugal, hoje IP- Infraestruturas de Portugal, ofícios e moções aprovadas por unanimidade sobre a situação.

Na última comunicação por parte daquela entidade a esta Assembleia Municipal, era afirmado que a colocação de Barreiras Sonoras era um assunto que iria ter em atenção tendo apenas os constrangimentos financeiros, à data, como obstáculo à sua concretização.

Relembramos que no período da execução do projeto da A23, embora não existindo Urbanização já aqueles terrenos eram classificados no PDM como urbanizáveis e foram expropriados pelas Estradas de Portugal nessa condição.

Salientamos ainda o fato de os estudos relativos à poluição sonora necessários à recente revisão do PDM ser aquela zona concelhia a que comportava maior índice de poluição.

Assim a Assembleia Municipal de Constância, reunida a 28 de Setembro de 2018 decide;

- a) Reclamar uma vez mais junto das IP-Infraestruturas de Portugal a colocação de barreiras sonoras de forma a reduzir o ruído junto das Urbanizações da Capareira e Pinhal D’El Rei em Constância,
- b) Enviar a presente moção para o Senhor Ministro das Obras Públicas, Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas e Senhores Deputados eleitos pelo Distrito de Santarém,
- c) Enviar ainda a presente moção para as Assembleias Municipais de Alcanena, Torres Novas, Entroncamento, Vila Nova da Barquinha, Abrantes e Mação, Municípios do Médio Tejo confinantes com a A 23.

Constância, 28 de Setembro de 2018

Os eleitos da CDU”

ANEXO II

“Declaração de voto

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Constância

O MIC vota contra a proposta de contratação de prestação de serviços para a Recolha e Transporte a destino final de RSU's e lavagem e desinfeção de contentores no Concelho de Constância.

Considera-se que a proposta apresentada não traz benefícios para os munícipes.

Os preços propostos não têm em conta que existem Resíduos Sólidos Urbanos que são recicláveis. Para o MIC, o preço para o tratamento de resíduos recicláveis deveria ser minorada comparativamente ao praticado para o tratamento de resíduos não recicláveis. Caso contrário, o que beneficia o munícipe em separar o lixo?

Também não parece ter sido levado em conta o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020) que prevê que seja alcançada a redução mínima de 10% da produção de resíduos até ao ano de 2020. Assim, mesmo considerando que será verdadeiro que os cerca de 4000 habitantes do Concelho produzem 150 toneladas de resíduos/mês em 2020 deveremos produzir cerca de 135 ton/mês. Então, porquê contratualizar o pagamento de 150 ton/mês para os próximos 3 anos?

Carmem Dolores Gomes da Silva

Líder da bancada do MIC”

ANEXO III

“Moção

Nova travessia sobre o rio Tejo

Atendendo ao histórico que envolve a reivindicação de uma nova travessia sobre o rio Tejo na zona de Constância e atendendo ao diálogo que tem sido mantido pelo Sr. Presidente da Câmara de Constância junto dos restantes municípios da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT), a Assembleia Municipal de Constância, sobre esta temática, toma a seguinte posição pública:

Ponto 1 – Um dos investimentos prioritários para o Médio Tejo, no horizonte 2020-2030 deverá ser uma nova travessia sobre o rio Tejo na zona de Constância, que pode ser concretizada através de uma das seguintes soluções:

a) Uma nova travessia sobre o rio Tejo na zona de Constância, completamente nova, que faça a ligação direta da Estrada Nacional 118 à A23 (consideramos ser esta a melhor solução para a região e para o país);

b) Desmantelamento do tabuleiro da atual ponte, reforço dos atuais pilares e construção de novos que permitam a construção de um novo tabuleiro com duas vias de circulação e a passagem de veículos pesados, com a respetiva melhoria dos acessos quer da margem sul, quer da margem norte.

Ponto 2 – Recomendar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Constância que não subscreva nenhuma posição no seio do CIMT, respeitante aos investimentos prioritários no horizonte 2020-2030, que não consagre uma das soluções propostas no ponto 1.

Deve ser enviada esta Moção ao Senhor Ministro das Obras Públicas, ao Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, aos senhores Deputados eleitos pelo Distrito de Santarém e à CIMT.

Constância, 28 de Setembro de 2018

A bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal.”